

**INDICAÇÃO N.º 3150/24**

**ENCAMINHO**, nos termos do artigo 150 do Regimento Interno, ao Senhor Prefeito Municipal, anteprojeto de lei que dispõe sobre a instituição e criação do Fórum Inter Religioso de São Vicente e das outras providências.

**JUSTIFICATIVA**

No dia 25 de maio, São Paulo celebrou o Dia Estadual da Liberdade Religiosa. O Estado é pioneiro, no País, no estabelecimento de garantias contra a intolerância. Um dos primeiros passos nesse sentido foi a formação do Fórum Inter-religioso, pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado de São Paulo, uma iniciativa que já serve de exemplo para outros Estados.

No Fórum Inter-religioso, que reúne 100 membros no total, estão representados 27 segmentos religiosos, além de instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, Defensoria Pública e ONGs.

Tendo como Secretária-geral e presidente do Comitê Gestor, a professora Vânia Maria da Silva Soares, com a participação da sociedade civil a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado tem realizado diversas conferências observando a necessidade de institucionalizar um espaço de diálogo inter-religioso e Cultura da Paz.

Em nossa região Santos e Guarujá já instituíram no município o Forum Inter-religioso.

Diante do Exposto,  
submeto à apreciação do Egrégio Plenário o seguinte:

Diante do exposto, submeto ao Plenário o seguinte:

**ANTE PROJETO DE LEI N.º /2024**

**Dispõe sobre a criação do Fórum Inter-Religioso Municipal, órgão de caráter permanente, consultivo e deliberativo, tendo por finalidade promover políticas de enfrentamento e combate à intolerância e difundir a cultura de paz.**

**Art. 1º** Fica criado o Fórum Inter-Religioso Municipal no Município de São Vicente, órgão de caráter permanente, consultivo e deliberativo, tendo por finalidade promover políticas de enfrentamento e combate à intolerância e difundir a cultura de paz.

**Art. 2º** Compete ao Fórum Inter-religioso Municipal:

- I - desenvolver programas que promovam ações de combate à intolerância religiosa, disseminando a cultura de paz;
- II - incentivar o diálogo entre as igrejas, templos, comunidades religiosas, organizações e instituições públicas e privadas, com o objetivo de sensibilizar as lideranças religiosas sobre a importância da propagação da cultura de paz para a promoção do bem comum;
- III - incentivar a interlocução com Organizações da Sociedade Civil e Governamentais, públicas ou privadas que atuem nas questões de Direitos Humanos e assuntos congêneres, com vistas a ampliar as relações, estimular a cooperação mútua em prol da promoção e garantia da liberdade religiosa e de expressão;
- IV - elaborar calendário Inter-religioso Municipal, cronogramas de seminários, conferências, publicações e exposições sobre temas gerais e específicos vinculados à liberdade religiosa e à de consciência, para viabilizar a participação da sociedade, respeitando a particularidade de cada segmento;
- V - promover a interface entre os diversos segmentos religiosos;
- VI - pesquisar, atualizar e divulgar as legislações vigentes, assim como pareceres e estudos específicos, nos níveis nacional, estadual e municipal, sobre a questão religiosa, como forma de difusão de informação, de conhecimento, do despertar da consciência plena e sensibilização dos cidadãos;
- VII - estimular a participação e promover cursos, oficinas, experiências e vivências práticas, para conhecimento teórico das diferentes liturgias;

VIII - realizar e/ou estimular pesquisas a fim de subsidiar a elaboração de políticas públicas inter-religiosas;

IX - conscientizar quanto aos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, por meio de campanhas educativas institucionais;

X - conscientizar a todos sobre o direito à liberdade de culto fúnebre e demais liturgias e crenças;

XI - receber denúncias e encaminhá-las aos órgãos e autoridades competentes para apuração dos fatos;

XII - realizar Conferências Municipais Inter-religiosas.

## **CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO E MANDATO**

### **Seção Dos Representantes Das Organizações**

I

**Art. 3º** O Fórum Inter-religioso Municipal será composto por representantes de Órgãos Governamentais e por Organizações da Sociedade Civil.

**Art. 4º** O Fórum Inter-religioso Municipal será composto de:

I - Comitê Gestor;

II - Diretoria.

**Art. 5º** Poderão ser incluídos novos membros ao Fórum, desde que pertençam aos diversos segmentos religiosos e ou sejam membros de Organizações e Movimentos Sociais que promovam a Cultura de Paz e Direitos Humanos, com sede e/ou representatividade no Município de São Vicente, devendo seu ingresso ser devidamente validado pela Presidência e pelo Comitê Gestor.

### **Seção III Dos Representantes do Comitê Gestor**

**Art. 6º** Fica instituído o Comitê Gestor, que será composto por 16 (dezesseis) representantes, de forma paritária, sendo 08 (oito) membros de Órgãos Governamentais e 08 (oito) membros de Organizações da Sociedade Civil, com mandato de 02 (dois) anos.



§ 1º O mandato dos representantes de Órgãos Governamentais está condicionado à manifestação expressa por ato designatório da autoridade competente.

§ 2º O mandato dos representantes de Organizações da Sociedade Civil deverá submeter-se periodicamente ao processo de escolha, em Assembleia, sendo eleitos pelos representantes do Fórum Inter-religioso Municipal.

§ 3º O afastamento do representante de Órgão Governamental e da Organização da Sociedade Civil deverá ser previamente comunicado e justificado, evitando prejudicar as atividades do Fórum.

§ 4º As funções exercidas pelos membros titulares e suplentes do Comitê Gestor do Fórum Inter-religioso Municipal não geram vínculo com a Prefeitura Municipal e não serão remuneradas, mas consideradas como serviço público relevante.

### **Subseção I**

#### **Dos Representantes de Órgãos Governamentais**

**Art. 7º** Os 08 (oito) representantes de Órgãos Governamentais junto ao Fórum Inter-religioso Municipal deverão ser designados pela autoridade competente.

§ 1º De acordo com a estrutura administrativa municipal, deverão ser designados, prioritariamente, representantes dos seguintes órgãos: saúde, educação, desenvolvimento social, cultura, turismo, direitos humanos, jurídico e meio ambiente.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo estabelecerá, por Decreto, quais as Secretarias Municipais terão representação no Conselho Gestor.

§ 3º Para cada titular, deverá ser indicado 01 (um) suplente, que o substituirá em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o Regimento Interno do Fórum.

### **Subseção II**

#### **Dos Representantes de Organizações da Sociedade Civil**

**Art. 8º** As Organizações da Sociedade Civil garantirão participação da população no Fórum Inter-religioso Municipal, por meio de seus representantes.

**Art. 9º** As Organizações da Sociedade Civil terão 08 (oito) representantes dos diversos segmentos religiosos, legalmente constituídos, com sede e/ou representatividade no Município de São Vicente;

### **Seção III**

#### **Da Diretoria**

**Art. 10.** A Diretoria será eleita pelo Comitê Gestor, cujo processo de escolha será regulamentado por Decreto.

### **Seção IV**

#### **Dos Atos Deliberativo**

**Art. 11.** Os atos deliberativos do Fórum Inter-religioso Municipal serão encaminhados para análise e anuência do Comitê Gestor.

**Art. 12.** Os atos deliberativos do Comitê Gestor deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras para publicação dos demais atos oficiais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14.** A composição e atribuição do Fórum Inter-religioso Municipal para a Cultura de Paz e Liberdade de Crença será regulamentada por decreto.

**Art. 15.** O Comitê Gestor do Fórum Inter-religioso Municipal deverá elaborar o Regimento Interno para regulamentar o funcionamento nos termos do decreto.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA

Em 12 de novembro de 2024

**DR. GUSTAVO PALMIERI**  
Vereador